

APRENDIZ DE PESQUISADOR: OS DOCUMENTOS REFERENTES À EDUCAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA FAMÍLIA MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ.

Daniele Martinez de Oliveira²
Celina Midori Murasse Mizuta³

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Curitiba II

RESUMO

Pesquisa documental e bibliográfica, de caráter histórico, sobre Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e a Instrução Pública na Província do Paraná no período de 1854 a 1889. O projeto se propôs a auxiliar na catalogação de parte do acervo documental da Família Marcondes de Oliveira e Sá (FMOS) depositados na Biblioteca Pública do Paraná (BPP). A bibliografia utilizada nesta pesquisa apoia-se em Barbosa (2014), Marcondes (1926), Miguel (2013), Santos (2007), Neves e Nadai (1980). Como procedimento metodológico, utilizou-se fontes primárias e secundárias. Além disso, parte dos documentos encontrados na BPP foram fotografados com uma câmera digital. Na execução da pesquisa efetuou-se a leitura e organização de 25 documentos referentes à instrução pública e 102 cartas manuscritas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação-história-Paraná-séc. XIX; Arquivos pessoais; Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

ABSTRACT

Documental and bibliographical research of historical nature about Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, and the Public Education in the Province of Parana during the period of 1854 and 1889. The project aimed to contribute with the cataloguing of part of the documents that belong and refer to the Marcondes de Oliveira e Sá family deposited at the Biblioteca Publica do Parana (BPP). The bibliography used in this study relies on Barbosa (2014), Marcondes (1926), Miguel (2013), Santos (2007), Neves and Nadai (1980). As a methodological procedure, we used primary and secondary sources. In addition, some of the documents found in the BPP were photographed with a digital camera. In carrying out the research performed the reading and organization of 25 documents related to public education and 102 handwritten letters.

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Música, bolsista PIBIC 2013-2014 da Fundação Araucária. dani.angelluz@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Unicamp, professora e pesquisadora, líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação Oitocentista. celinafap@gmail.com

KEY-WORDS: Education-history-Parana-nineteenth century; Personal archives; Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

INTRODUÇÃO

O estudo proposto nesse artigo vincula-se ao projeto “Catalogação do acervo documental da Família Marcondes de Oliveira e Sá depositado na Biblioteca Pública do Paraná”. De acordo com Santos (2009, p. 206), trata-se de um lote composto por mais de quatro mil documentos de naturezas diversas, dos quais dois maços se referem à instrução pública no Paraná (1854-1881). Esses documentos depositados na Biblioteca Pública do Paraná têm cerca de 60 anos⁴.

Esse projeto de Iniciação Científica se propôs à leitura, organização e catalogação dos documentos referentes à instrução pública desse acervo com a expectativa de fazer de seu executor um aprendiz de pesquisador. Assim, executei atividades de leitura, organização e catalogação dos documentos referentes à Família Marcondes de Oliveira e Sá com enfoque na Instrução pública da Província do Paraná. Sob a orientação da Professora Doutora Celina Midori Murasse Mizuta, realizei o mapeamento, leitura e análise dos documentos encontrados durante o período de catalogação, bem como leituras de textos sobre a História do Brasil, do Paraná e da Instrução Pública.

O acervo reúne documentos diversos (cadernos, cartas, recortes de jornais, esboços manuscritos de relatório e de regulamento) que pertenceram aos membros da família Marcondes de Oliveira e Sá, porém no lote que manipulamos dois nomes apareciam com maior frequência: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá e Moysés Marcondes, respectivamente, pai e filho. Os documentos com datas mais antigas haviam pertencido a Jesuíno Marcondes. Mas afinal, quem foi Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá? Qual foi a importância da Família Marcondes de Oliveira e Sá para a História do Paraná, visto que o seu acervo documental estava depositado na Biblioteca Pública do Paraná?

Esse artigo mostra a trajetória dessa pesquisa em busca dessas respostas.

⁴ Anotação a lápis da data de doação do livro Pae e Patrono (20/04/1954).

JESUÍNO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ

Inicialmente os documentos do acervo da Família Marcondes de Oliveira e Sá eram, para mim, apenas papéis que deveriam ser organizados e catalogados.

Por isso, eu responderia à pergunta “Quem foi Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá?” em apenas três palavras, sem pestanejar: Inspetor da Instrução Pública, Vice-Presidente e Presidente da Província do Paraná.

Entretanto, a orientadora insistia na leitura de livros de história do Paraná e de documentos oficiais da Província do Paraná (por exemplo, os Relatórios do Presidente da Província do Paraná), além de textos e livros biográficos sobre a Família Marcondes de Oliveira e Sá. Aos poucos, o personagem Jesuíno emergiu dos papéis e ganhou vida e voz.

Jesuíno Marcondes é ainda um personagem pouco conhecido na História do Paraná. No livro *Personagens da História do Paraná* (Acervo do Museu paranaense), Jesuíno aparece no capítulo “Políticos do Paraná”, onde há uma pequena biografia sobre ele:

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, Palmeira, PR, 1827 / Genebra, Suíça, 1903. Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas. Exerceu os cargos de inspetor geral da Instrução Pública, deputado provincial, ministro e secretário de Estado dos negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Foi o último presidente da Província do Paraná no período imperial. Impulsionou a construção da estrada da Graciosa.” (CARNEIRO JUNIOR, 2013, p. 43).

Porém, foi o livro biográfico **Pae e Patrono** escrito pelo filho Moysés Marcondes (1926) que nos aproximou de Jesuíno. No livro, Marcondes (1926, p. 139) afirma que “[...] toda a biografia de Jesuíno Marcondes está estampada em suas cartas familiares [...]”.

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá nasceu em um Sítio “nas cercanias da atual cidade da Palmeira, do Estado do Paraná” (MARCONDES, 1926, p. 13). Seus pais eram o Alferes José Caetano de Oliveira, depois Barão do Tibagi e Dona Cherubina Rosa Marcondes de Sá, baronesa, e, posteriormente Viscondessa de Tibagi. Dona Cherubina recebeu como herança o rincão, onde fundou o Sítio,

“denominado primitivamente Rincão da Cria” (MARCONDES, 1926, p. 15). Essa fazenda era propriedade e residência dos avós maternos de Jesuíno Marcondes, o Tenente Manoel José de Araújo e Dona Anna Maria da Conceição de Sá que foram os “fundadores da nova povoação” (MARCONDES, 1926, p. 14).

Com relação à expansão e povoação dos campos de Palmeira, Santos afirma que:

A expansão para os campos de Palmeira foi realizada pelos fazendeiros de Guarapuava, entre eles, Antonio de Sá e Camargo e seus tios, Manoel Marcondes de Sá e Domingos Ignácio de Araújo, com o objetivo de desenvolverem a criação de gado. Domingos Ignácio era proprietário do maior rebanho de gado na região. (SANTOS, 2007, p. 68).

Santos indica que “os fazendeiros detinham o poder político local e regional, por meio de oligarquias parentais. Vilas como Palmeira, Guarapuava e Palmas desenvolveram-se por estarem localizadas na rota das tropas.” (SANTOS, 2007, p. 69).

Jesuíno teve sete irmãos, dois homens e cinco mulheres, das quais uma faleceu. “As lembranças memoradas, nas cartas escritas por Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá [...], revelam o cotidiano familiar dos Sá e Camargo.” (SANTOS, 2007, p. 86).

No ano de 1834, José Caetano de Oliveira manda dois dos filhos para receber a instrução primária em Curitiba: Jesuíno, com sete anos de idade, e seu irmão José Mathias. De acordo com Carneiro (1994, p. 277), Jesuíno conclui os estudos secundários em São Paulo e lá iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito de São Paulo. Em seguida, dirigiu-se para Recife onde obteve o grau de doutor em Ciências Jurídicas e Sociais em 1949.

Foram inúmeras as cartas trocadas entre pai e filho. O pai José Caetano ensinava Jesuíno através das cartas, dava-lhe conselhos pedindo prudência e cautela. Moysés Marcondes (1926, p. 30) afirma que “a crescente distância intensificava a correspondência paterna”.

Após concluir os estudos, Jesuíno recebeu dos pais um prêmio por sua aplicação e viajou à Europa para realizar uma extensa observação e estudos úteis, atesta Carneiro (1994, p. 277). Jesuíno fez muitas viagens: a primeira com destino a Paris foi em 1850, com saída do Rio de Janeiro. A cada lugar que passava fazia um registro em seu caderno de notas e também em suas cartas: “Surgem, aqui

e ali, outras de caráter mais íntimo ou sentimental, ou de menor felicidade de expressão. Não raro repercutem nelas as recentes comoções religiosas.” (MARCONDES, 1926, p. 55).

Em uma de suas cartas, Jesuíno Marcondes revela o amor pela paróquia em que nasceu, pois esta foi criada pelos avós em terra que eles mesmo doaram. “José Caetano e Dona Cherubina eram muito religiosos e criaram seus filhos nas normas desse sentimento.” (MARCONDES, 1926, p. 26).

Moysés Marcondes descreve várias qualidades de seu pai Jesuíno:

Sólidos princípios, alma aberta e generosa, coração nitidamente sensível e afetuoso, gostos finos de sociedade e de inteligência, associados a outros de simplicidade campestre; e, mais que tudo, raros dotes de educador, de moralista, de condutor de homens; tudo isso se patenteia nessas cartas. (MARCONDES, 1926, p. 140).

Marcondes também caracteriza o pai como um “ardente patriota”. Já no último ano de sua vida, traçou esta frase: “Ao ver defraudada a bandeira de meu país, como velho soldado inválido, faço-lhe palpitante e respeitosa continência”. (1926, p. 108).

Em 7 de janeiro de 1855, Jesuíno Marcondes casou-se com Dona Domitília Alves de Araújo (sua prima), nascida em 1840 na Vila de Morretes – PR, filha de tradicional família paranaense. Tiveram 3 filhos (Emília, Maria Rosa – que faleceu ainda criança – e Moysés) e 10 netos, sendo 9 da filha Emília e uma neta de Moysés.

INÍCIO DE CARREIRA E VIDA POLÍTICA

Jesuíno Marcondes retornou de sua primeira viagem à Europa em dezembro de 1852. Logo abriria um escritório de advocacia em Curitiba. O ano de 1853 foi de mudanças.

Marcondes descreve o discurso que Jesuíno Marcondes apresentou para a consulta ao eleitorado sobre sua candidatura à deputação geral em 1853. Segundo ele, foi assim que Jesuíno Marcondes iniciou sua carreira política, a qual haveria de dedicar os melhores anos de sua vida:

[...] A instrução pública precisará ser montada, de modo a ser útil tanto aos filhos dos pobres como aos dos ricos, para a criação de cidadãos prestáveis. Convirá abrir estrada de Palmas a Entre-Rios, a fim de atrair para o comércio da Província o grande volume de animais ali criados. Deveremos empenhar-nos pela transferência de Sorocaba para Castro, da feira, a fim de que as vendas de animais se possam efetuar nas nossas invernadas, a melhor preço, a atrair compradores e capitais de fora. Dever-se-á estabelecer uma fazenda normal, com reprodutores de raça, e onde os nossos fazendeiros aprendam as regras da boa criação e do tratamento das doenças de seus gados. Tudo isso só lentamente poderemos conseguir, mas nunca, se formos representados por homens sem a dedicação dos filhos da terra e só empenhados em seu engrandecimento pessoal. (MARCONDES, 1926, p. 69).

Foi eleito deputado à primeira Assembleia Provincial e teve oportunidade de contribuir para a legislação essencialmente necessária à vida política que se iniciava na província. Santos (2007) descreve essa situação:

Antonio de Sá e Camargo, Dr. Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (primo e cunhado), com os demais eleitos, debateram e decretaram as leis necessárias para organização administrativa da Província recém-instalada, como também inúmeros atos sancionados pelo presidente da Província (Zacarias de Góes e Vasconcellos). (SANTOS, 2007, p. 166).

Em dezembro de 1853, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos assumiu a presidência da província do Paraná e confiou a Jesuíno Marcondes a “Inspetoria da Instrução pública” (MARCONDES, 1926, p. 70).

Assim, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi o primeiro Inspetor da Instrução Pública da Província do Paraná e “teve como trabalho inicial moldar a inspeção do ensino no Paraná” (BARBOSA, 2012, p. 42), instruindo professores e inspetores do distrito. Miguel (2013, p. 12) afirma que já no início da Província, “os relatórios dos Presidentes provinciais paranaenses [...] testemunhavam formalmente a crença no valor da educação como fator decisivo da formação moral do povo e elemento capaz de promover progresso [...]” e que “esse discurso com características liberais é mantido pelos Inspetores Gerais da Instrução Pública [...]”.

Em um intervalo de vinte e nove anos, vinte e cinco sujeitos passaram por esse cargo, inclusive Moysés Marcondes de Oliveira e Sá, filho de Jesuíno Marcondes, que desempenhou essa função em 1883.

À Jesuíno Marcondes foram confiados, por eleição ou nomeação, os seguintes cargos:

Inspetor geral da Instrução Pública, Procurador Fiscal do Tesouro Provincial, Deputado da Assembleia Provincial do Paraná de 1854 a 1857 e em 1860 a 1861, Presidente da Municipalidade de Curitiba, em 1854, Deputado Geral, nas 10^a, 12^a e 18^a Legislaturas, 2^o Vice-presidente da Câmara dos Deputados, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no gabinete de 31 de agosto de 1864, Vice-presidente da província do Paraná, com exercício interino, em 78, 79 e 82. Presidente da mesma província, em 89, até a proclamação da República. (MARCONDES, 1926, p. 73).

Apesar de não ser a política sua verdadeira vocação (MARCONDES, 1926), Jesuíno Marcondes atuou decisivamente em todos os cargos que ocupou, ajudando na organização e progresso da Província do Paraná. Como um verdadeiro patriota, preocupou-se com a evolução do seu país.

Com relação à pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Carneiro (1994) comenta que:

Convidado para fazer parte do Ministério Liberal, a 31 de agosto de 1864, ministério presidido por Francisco José Furtado, geriu a pasta de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, com brilho e capacidade realmente invulgares. (CARNEIRO, 1994, p. 278).

Jesuíno Marcondes atuou de forma decisiva e brilhante. Foi ele quem impulsionou a construção da estrada da Graciosa. Estrada que atualmente liga os municípios de Morretes e Antonina a Quatro Barras (região metropolitana de Curitiba). Além disso, a estrada atravessa o trecho mais preservado de Mata Atlântica do Brasil, marcado pela mata tropical e pelos belos riachos que nascem na Serra do Mar.

Governou a Província do Paraná em vários períodos, seja como vice-presidente, ou como presidente nomeado pelos gabinetes centrais. “[...] pode-se dizer que ninguém presidiu com a mesma continuidade e a sua constância, a evolução da província do Paraná, no século XIX.” (CARNEIRO, 1994, p. 279).

O Arquivo Público do Paraná mostra a relação de governos de Jesuíno Marcondes:

Vice-presidente: 7 de fevereiro de 1878 a 23 de março de 1878; Vice-presidente: 31 de março de 1879 a 23 de abril de 1879; Vice-presidente: 26 de janeiro de 1882 a 06 de março de 1882; Presidente: 18 de junho de 1889 a 23 de agosto de 1889; Presidente: 12 de setembro de 1889 a 16 de novembro de 1889. (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, 2000).

A Província do Paraná, entre os anos de 1853 a 1889, teve “53 períodos, 27 presidências, 41 presidentes em exercícios, 26 períodos de vice-presidência e retorno presidencial.” (CARNEIRO, 1994, p. 18).

Em uma de suas cartas, Jesuíno Marcondes pede a Moysés, quando estudante na América do Norte, para aproveitar todo o tempo disponível a fim de “observar e estudar assuntos que possam ser de interesse para a pátria”. (MARCONDES, 1926, p. 134). Em outra carta ao filho as recomendações continuavam:

Reitero a recomendação que te fiz em carta antiga, de prestares atenção a instrução pública, nesse país, principalmente à sua organização e parte prática. Bem entendido, este estudo será assunto para visitas a escolas e leituras, em horas vagas, sem prejuízo de seu principal escopo. A instrução no Brasil está em grande atraso. Muito se fala e gasta, neste serviço, sem resultado satisfatório... Podes trazer desse adiantado país ideias que sejam praticáveis aqui e úteis à nossa província. (MARCONDES, 1926, p. 135).

Marcondes cita várias falas em que Jesuíno manifestava o desejo de abandonar a política, pois ela era a “origem de todos os nossos males, perturba constantemente e por todos os modos meu bem-estar. Por vezes tentei deixá-la. [...]” (1926, p. 80). Em seus últimos anos, dizia: “A política tem sido destruidora do bem-estar de muitos de nossa família”.

Havia, no Segundo Reinado, duas correntes políticas no Império do Brasil:

Liberais – profissionais liberais urbanos, latifundiários ligados à produção para o mercado interno (áreas mais novas);

Conservadores - grandes comerciantes, latifundiários ligados ao mercado externo, burocracia estatal.

Ambos representavam elites econômicas. Disputavam o poder, mas convergiam para a reconciliação e não possuíam divergências ideológicas. Ou seja, o jogo político passou a ser feito em torno da disputa pelo ministério. Os partidos – liberal e conservador – alternaram-se no governo de forma mais ou menos equilibrada durante todo o Segundo Reinado.

Na política do Paraná, Jesuíno Marcondes foi chefe do supremo do partido liberal por muitos anos:

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, cunhado e primo do futuro Visconde de Guarapuava, era o chefe e mentor desse partido na Província e, com a

ajuda de sua parentela, constituiu a mais poderosa oligarquia regional. (SANTOS, 2007, p. 174).

Carneiro corrobora com essa ideia:

De janeiro de 1878 a julho de 1885, são os liberais que governam no centro, e o Paraná espelha perfeitamente a situação com Jesuíno Marcondes, chefe local do partido liberal com três períodos sucessivos a ligar diferentes fases governamentais. [...] Liberais serão Joaquim Alves e Jesuíno Marcondes, o 27º e último presidente da província do Paraná. (CARNEIRO, 1994, p. 38).

No que diz respeito às províncias, o Ato Adicional de 1834, concedia certa autonomia na transformação do Conselho Provincial em Assembleia Provincial, com poderes legislativos e a escolha do presidente da província por essa mesma Assembleia. Todavia, [...] a Lei de Interpretação de 1840, restringiu a autonomia provincial, limitando as atribuições da Assembleia Provincial e, sobretudo, determinando que a indicação do presidente da província voltasse a ser atribuição do poder central. (NEVES e NADAI, 1980, p. 149).

Durante o Segundo Reinado a organização político-administrativa do país se tornou cada vez mais centralizada. A estabilidade representava a ausência de diversidade nas decisões, pois estas eram atribuições exclusivas de um único centro.

Dividiram-se as províncias em privilegiadas e desfavorecidas, conforme fossem as possibilidades de acesso e as influências junto aos poderes políticos sediados na corte. A principal nota de prosperidade econômica era dada pelo crescimento da produção agrícola. O café tornou-se efetivamente a base da economia brasileira.

Outros produtos agrícolas também foram importantes nesse progresso: o cacau produzido na Bahia, a borracha, cuja exploração se iniciou na Amazônia e o algodão, cultivado no sertão nordestino. A pecuária, por sua vez, continuou sendo uma importante atividade econômica no sul do país. Com exceção da criação de gado, toda a produção brasileira destinava-se ao mercado externo. Assim, a vida econômica continuava sendo caracterizada pela preocupação com o comércio exterior. A grande propriedade agrária, escravista e monocultora permaneceu como o núcleo da vida econômica do Brasil monárquico.

A organização social do Brasil na segunda metade do século XIX caracterizou-se pela polarização de dois grupos opostos e reciprocamente dependentes: senhores e escravos.

A estabilidade social assentava-se no fato de cada segmento reconhecer e aceitar seu lugar e papel sem contestações (divisão entre os que tinham e os que não tinham). Essa significava o respeito e a manutenção de uma ordem rigidamente estabelecida. Tal ordem se apresentava como natural e inquestionável. “Foi nesse quadro de rigidez social, de feições nitidamente aristocráticas, que se verificou a estabilidade social atribuída ao período.” (NEVES; NADAI, 1980, p. 152).

Neves e Nadai apontam contradições nessa estabilidade:

Havia nas cidades (sobretudo na Corte) uma sociedade refinada, ‘cult’, esclarecida, que estudava na Europa, que consumia os produtos da moda nos países mais adiantados, que assistia a espetáculos teatrais em língua estrangeira e que lia e fazia publicar nos jornais anúncios de compra, venda, leilões e fugas de escravos. (NEVES; NADAI, 1980, p; 152 - 153).

Essa sociedade “empenhou-se na elaboração de legislação e instituições democráticas e liberais”, que na verdade, serviam para “impedir a participação do povo como um todo.” (NEVES; NADAI, 1980, p; 153). Na Constituição, outorgada em 1824, os escravos e os índios não eram considerados cidadãos. Do ponto de vista social, a estabilidade significava imobilismo e rigidez no controle das divergências e contradições sociais.

Porém, tudo começou a mudar em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, “que proibia, definitivamente, o tráfico negreiro para o Brasil.” (NEVES; NADAI, 1980, p. 160). Essa mudança foi consequência da pressão feita pela Inglaterra, após a aprovação da Lei *Bill Aberdeen*, que concedia à marinha inglesa o direito de revistar os navios suspeitos de tráfico e a prisão destes. O fato é que a escravidão já não interessava a Inglaterra. Pois com a implantação do capitalismo industrial, tornava-se necessária a ampliação de mercados consumidores e, os escravos estavam marginalizados do consumo. Tudo isso afetou profundamente a vida econômica do país, porém, seus efeitos só foram percebidos anos depois.

De acordo com Neves e Nadai (1980) ao fim do tráfico negreiro estão associados: a imigração, objetivando suprir a mão-de-obra; a incipiente industrialização, propiciada pela liberalização de capitais e pela ampliação do

mercado interno; a urbanização e a modernização, decorrentes das mudanças econômicas.” (NEVES; NADAI, 1980, p. 160).

Prado Júnior já defendia essa ideia em 1933 na primeira edição do seu livro *Evolução política do Brasil*:

Abre-se a segunda metade do século passado com um fato que se pode considerar o ponto de partida de toda nossa evolução posterior: é a abolição do tráfico de escravos em 1850. Nenhum outro acontecimento da nossa história teve talvez repercussão tão profunda. Por suas consequências, mediatas ou imediatas, ele se faz sentir até os últimos anos do Império. (PRADO, 1999, p. 90).

Com a extinção do tráfico negreiro, em 1850, a tendência passou a ser a utilização do imigrante como trabalhador assalariado. Os benefícios econômicos eram muito maiores. Porém, somente a partir de 1870 é que a questão abolicionista começou a ganhar espaço. Com isso, em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, e em 1885 a Lei dos Sexagenários que, segundo Neves e Nadai:

[...] não tiveram efeitos concretos no sentido de libertar contingentes significativos de escravos, porém, serviram para apaziguar os ânimos abolicionistas, iludir a opinião pública e, com isso, conter o movimento emancipacionista. Contudo, ao se iniciar o ano de 1888, a abolição era iminente. Em 13 de maio de 1888 o movimento abolicionista chegou ao fim, com a promulgação da Lei Áurea, que libertou os escravos sem determinar a indenização para os senhores. (NEVES; NADAI, 1980, p. 166).

Marcondes (1926) afirma que o abolicionismo foi outra manifestação do espírito compassivo e de justiça de Jesuíno Marcondes:

Há instituições que, ainda que amparadas na lei, assentam sobre uma base de tão grande injustiça que, depois de desaparecidas, mal se compreende como puderam existir com assentimento geral das boas consciências. A da escravidão foi uma delas. Nasceu, cresceu, fixou-se nos costumes por tal forma, que a bem poucos repugnava [...] (MARCONDES, 1926, p. 199).

Podemos perceber através destas e de outras citações que Jesuíno Marcondes não concordava com a escravidão. Ele dizia que ver o Brasil livre era um desejo ardente de sua alma. E ainda, que por seu gosto “daria jeito nisto a todo custo.” (MARCONDES, 1926, p. 200). Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá recebeu a princesa Isabel e sua comitiva em 1884, quando foram alforriados 52 escravos em Palmeira, em solenidade festiva em sua casa. Eis a descrição de Jesuíno sobre o acontecimento:

No jantar da véspera (7 de dezembro), fiz um brinde aos príncipes, agradecendo a honra que faziam a província e a nossa casa. Conclui apresentando 52 cartas de liberdade, que parentes e amigos meus ofereciam em homenagem a Regente que sancionou a lei libertadora do ventre. Comecei único de pé, os convivas foram-se, pouco a pouco, levantando; quando conclui, estavam todos de pé, mesmo o príncipe e a princesa. Esta agradeceu muito, dizendo que lhe não podiam fazer melhor festa, e que seu pai muito apreciaria. (MARCONDES, 1926, p. 201).

Esse trecho revela a estima da princesa Isabel e sua comitiva pela Família Marcondes de Oliveira e Sá e a alegria de Jesuíno em recebê-los.

DE VOLTA AO ACERVO DOCUMENTAL DA FAMÍLIA MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ

No lote de documentos referentes à educação três documentos merecem destaque: 1 - o manuscrito com o título Leis da Instrução Pública 1854, com autoria atribuída ao primeiro presidente provincial Zacarias de Góes e Vasconcellos; 2 – o impresso com o título “Regulamento do ensino obrigatório”, com data de 3 de dezembro de 1883, onde o Capítulo I fala sobre a obrigatoriedade do ensino, Capítulo II sobre a superintendência do ensino obrigatório, Capítulo III a respeito do arrolamento da população escolar e o Capítulo IV a cerca do fundo escolar do ensino obrigatório. Contém ainda, disposições gerais e um recorte solto sobre o mesmo assunto medindo 24 x 16,5 cm; 3 - cópia da edição do jornal Província do Paraná, anno VIII - 1883, Sexta-feira 7 de dezembro, n. 535, com a publicação, na Parte Oficial, do Regulamento do Ensino Obrigatório.

A respeito do documento intitulado “Regulamento do ensino obrigatório” 1883, encontramos esta citação de Barbosa (2014):

[...] foram publicados sete regulamentos, sendo o primeiro o Regulamento de Ordem Geral para as escolas (1857), o segundo o Regulamento de Inspeção da Instrução Pública (1857), outros dois intitulados de Regulamento da Instrução Pública Primária (1871 e 1874), um Regulamento Orgânico da Instrução Pública (1876) e dois Regulamentos para o Ensino Obrigatório (1877 e 1883). Essa legislação é fruto de um consenso social e aparece, dentro da estrutura da inspeção, como prática, evidenciando um duplo movimento: centraliza o debate em torno de legislações específicas para a inspeção e instrução pública ao mesmo tempo em que constitui a inspeção do ensino, por meio de sua discussão (BARBOSA, 2012, p. 19 – 20).

O primeiro documento refere-se à época em que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá foi Inspetor Geral da Instrução Pública (1854). Esse “caderno” foi catalogado como **Documento 0013** contendo 8 folhas. O segundo e o terceiro se referem ao período em que Moysés Marcondes de Oliveira e Sá ocupou o cargo de Inspetor Geral (1883). Essa interpretação só foi possível em virtude das leituras que efetuamos, seja de textos biográficos de Jesuíno ou de Moysés Marcondes e dos textos de História e História da Educação do Paraná.

As cartas de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, com datas de 1864, 1865 e 1866, tinham como destinatários dois personagens: Anninha (sua irmã Anna Marcondes de Oliveira Pacheco) e Mano Pacheco (seu cunhado Cel. Joaquim Pacheco da Silva Rezende). Os assuntos tratados nas cartas são diversos, desde questões pessoais até questões políticas, porém merecem destaque: **Carta 0013** (1864) – Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (JMOS) fala sobre um mapa provincial que está sob seus cuidados, onde anunciam uma boa colheita de café; **Carta 0022** (1864) - JMOS diz que recebeu o mapa. Comenta sobre Minas, Bahia, São Paulo e Paraná. Fala também de Moysés; **Carta 0026** (1864) - JMOS fala sobre a política, que foi designado para os cargos de comércio, agricultura e obras públicas. Diz que ficou surpreso com a indicação; **Carta 0053** (1865) - JMOS menciona que a falta de um poder sólido no Paraná faz com que a Província sofra.

Todos os documentos e cartas encontrados estão em estado de conservação semelhante: páginas amareladas pelo tempo, pequenas dobras, rasgos e buracos produzidos pela ação da deterioração do papel. Apesar disso, foi possível realizar a leitura e manipulação destes com a utilização de luvas e máscaras protetoras.

CONCLUSÃO

A trajetória percorrida na execução do projeto de pesquisa fez a minha iniciação na investigação. Pode-se dizer que me tornei, de fato, uma aprendiz de pesquisador: aprendi a manusear documentos raros, fotografei documentos com câmera digital; descobri quais os assuntos que se encontravam nesses documentos a fim de classificá-los e catalogá-los; selecionei material bibliográfico a respeito do tema da pesquisa, enfim, desde a leitura dos primeiros livros, o contato e manuseio

dos documentos históricos e a escrita desse artigo tornei-me uma aprendiz de pesquisador.

Alguns problemas foram enfrentados, como a interpretação e leitura dos documentos, pois como afirma Miguel (2013, p. 12): “é preciso familiarizar-se com o estilo de linguagem usada à época, com a caligrafia [...]”. Miguel acrescenta que esse trabalho é como o de um “garimpeiro que procura uma pedra preciosa”, exigindo dedicação e persistência. Muitos dos documentos estão com as palavras apagadas pelo tempo, “o que nos mostra o valor da pesquisa e preservação das fontes”.

Assim, foi possível identificar um personagem de grande importância para a história do Paraná, especialmente na Instrução Pública da Província nos Oitocentos: Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, o primeiro Inspetor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná. Descobrir Jesuíno Marcondes foi um grande aprendizado e uma ilustre inspiração.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. **Uma teia de ações no processo de organização da inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)**. 300 f. Dissertação (mestrado em educação) Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://dSPACE.c3sl.ufpr.br/dSPACE/bitstream/handle/1884/29788/R%20-%20D%20-%20ETIENNE%20BALDEZ%20LOUZADA%20BARBOSA.pdf?sequence=1>> Acesso em: 02 de julho de 2014.

CARNEIRO, David. **História do período provincial do Paraná**. Curitiba: Banestado, 1994.

CARNEIRO JUNIOR, Renato Augusto (Coord.). **Personagens da história do Paraná**: acervo do Museu Paranaense. Textos de Renato Augusto Carneiro Junior, Maria Luzia Ferreira, Cíntia M. S. Braga Carneiro. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura; Imprensa Oficial do Paraná, 2013.

MARCONDES, Moysés. **Pae e Patrono**: Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá. Rio de Janeiro: Typografia do Anuario do Brasil, 1926.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Relatório e ofícios da instrução pública do Paraná provincial (1870-1889)**. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013.

NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**: da colônia a República. São Paulo: Saraiva, 1980.

PARANÁ. Arquivo Público. **História administrativa do Paraná (1853-1947):** criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000. 112p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil:** colônia e império. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, Z. A. M. **A Arte de escrever cartas:** a experiência com as fontes. In: XXV Simpósio Nacional de História/ História e ética, 2009, Fortaleza. **Anais** do... Simpósio Nacional de História. Fortaleza: Áudio e Multimídia, 2009.

SANTOS, Zelo Aparecida Martins dos. **Visconde de Guarapuava:** personagem na história do Paraná: trajetória de um homem do século XIX. Guarapuava: Unicentro, 2007.